



Manual de Padronização dos Processos de Compensação Previdenciária

Manual de Padronização dos Processos de Investimentos	VERSÃO 1	APROVADO 01/2026
---	-------------	---------------------



Sumário

1.	DISPOSIÇÃO GERAL	3
1.1	Apresentação.....	3
1.2	Objetivo Geral.....	3
1.3	Objetivo Específico.....	3
1.4	Definição de Processos.....	3
2.	PROCESSOS.....	4
2.1	Análise e envio do requerimento da Compensação Previdenciária.....	4
3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	5



1. DISPOSIÇÃO GERAL

1.1 Apresentação

O presente Manual é de uso institucional do JARDIMPREV, e tem como principal objetivo aprimorar e padronizar processos de trabalho e instrumentos de controle. Visa padronizar os procedimentos realizados nos setores desta Autarquia, constituindo-se em um instrumento auxiliar no cumprimento de atribuições, servindo como fonte de orientação, contribuindo para aprimoramento do controle interno.

Contudo, este manual não esgota o assunto, muito pelo contrário, é o marco inicial para que seja aplicado no dia-a-dia, enriquecido pelas críticas e sugestões de melhorias de toda a equipe. Para atender aos seus objetivos, deverá ser permanentemente atualizado e aprimorado, de forma a acompanhar a evolução das atividades desenvolvidas, das técnicas de auditoria/inspeção e da administração pública municipal.

1.2 Objetivo Geral

O presente manual tem como objetivo dar entendimento quanto aos processos aplicados para realizar a análise e envio do requerimento do processo de compensação previdenciária.

1.3 Objetivo Específico

Estabelecer orientações para o processo de análise e requerimento da compensação previdenciária, assim como definir diretrizes técnico-administrativas para o tratamento interno e externo dos procedimentos, visando otimizar a comunicação entre o requerente e o JARDIMPREV.

1.4 Definição de Processos

Processo é um conjunto de atividades inter-relacionadas executadas na organização, iniciado por eventos internos ou externos, que consome recursos (entrada - input) e gera resultados (saída - output). Todo processo deve ser relacionado a um objetivo que visa atender, dentro da estratégia da organização, a uma determinada demanda¹.

Os processos deverão ser organizados na sequência cronológica, numerados folha por folha, a partir da capa, carimbo no canto superior direito, com a rubrica de funcionário responsável.

Os processos devem refletir a transparência dos atos.



Um processo organizado facilita a análise por parte do Controle Interno e, ainda, dos órgãos fiscalizadores.

A seguir, abordaremos os principais procedimentos realizados no JARDIMPREV, de forma a facilitar o bom andamento e formalidades dos mesmos.

Em síntese, todo processo deve seguir procedimentos de PROTOCOLO, PARECERES TÉCNICOS, AUTORIZAÇÃO, EXECUÇÃO e ARQUIVOS.

Todo processo deve ser movimentado no sistema de protocolo, com o respectivo despacho em cada andamento.

2. PROCESSOS

Destacamos no presente item os procedimentos a serem seguidos a rigor pelo IPASP:

2.1 Análise e envio do requerimento da Compensação Previdenciária

A presente instrução, visa esclarecer e orientar o processo de análise e envio do requerimento da compensação previdenciária:

- I. O processo se inicia no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, realizando a publicação da homologação do benefício;
- II. O processo é encaminhado para o JARDIMPREV que insere cópia da publicação no processo físico;
- III. É anexado documentos ao requerimento;
- IV. O requerimento é aberto por meio do sistema COMPREV;
- V. É realizado o controle e verificação do status do requerimento;
- VI. Caso exista alguma exigência é encaminhado para análise e cumprimento da exigência;
- VII. Sanando todas as exigências é feita a emissão do Relatório de Compensação;
- VIII. Após a finalização, o processo será arquivado.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que o presente manual é passível de alterações e adequações conforme as necessidades da administração. Deverá ser utilizado como “roteiros” de trabalho e não exclusivamente como único meio de pesquisa, devendo todos os servidores envolvidos sempre observar demais legislações e regras a serem aplicadas ao caso.

Também não podemos deixar de mencionar as normativas específicas do Tribunal de Contas de Rio Grande do Norte. Observamos a importância de se considerar as jurisprudências, Portarias, Instruções, Prejulgados e demais decisões da Corte de Contas e outros órgãos.